



AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL AGUDA EM MOÇAMBIQUE

Máriam Abbas¹

1. INTRODUÇÃO

No dia 6 de Dezembro de 2021 foram apresentados os resultados da Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Aguda Pós-colheita, pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) – órgão responsável pela monitoria e avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional no país. Conforme referido no relatório, espera-se que os resultados do mesmo contribuam para a elaboração de políticas, programas, projectos e planos de acção, com vista a melhorar a segurança alimentar e nutricional e o bem-estar da população moçambicana (SETSAN, 2021)².

Este texto pretende fazer uma reflexão em relação à metodologia adoptada na avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e os resultados obtidos.

O texto está dividido em 5 secções: 1) introdução; 2) a segunda secção faz comentários à metodologia e a alguns dados de análise do relatório; 3) nesta secção apresentam-se os principais resultados do relatório em relação à situação de insegurança alimentar aguda no país, fazendo-se uma breve leitura dos mesmos; 4) na quarta secção referem-se alguns aspectos essenciais a ter em consideração ao analisar os dados e os resultados; 5) finalmente, tecem-se algumas considerações finais e recomendações.

2. METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DOS DADOS DO RELATÓRIO

Para a avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pós-colheita, adoptou-se a Classificação Integrada de Insegurança Alimentar em Fases (IPC).

IPC é um conjunto de ferramentas e procedimentos usados para classificar a gravidade e as características de crises alimentares e de nutrição agudas, bem como a insegurança alimentar crónica, com base em padrões internacionais. IPC compreende quatro funções que se reforçam mutuamente, cada uma com um conjunto de protocolos específicos (ferramentas e procedimentos). Os parâmetros nucleares da IPC incluem a busca de consenso, a convergência da evidência, a responsabilização, a transparência e a comparabilidade. A análise IPC visa fundamentar a resposta de

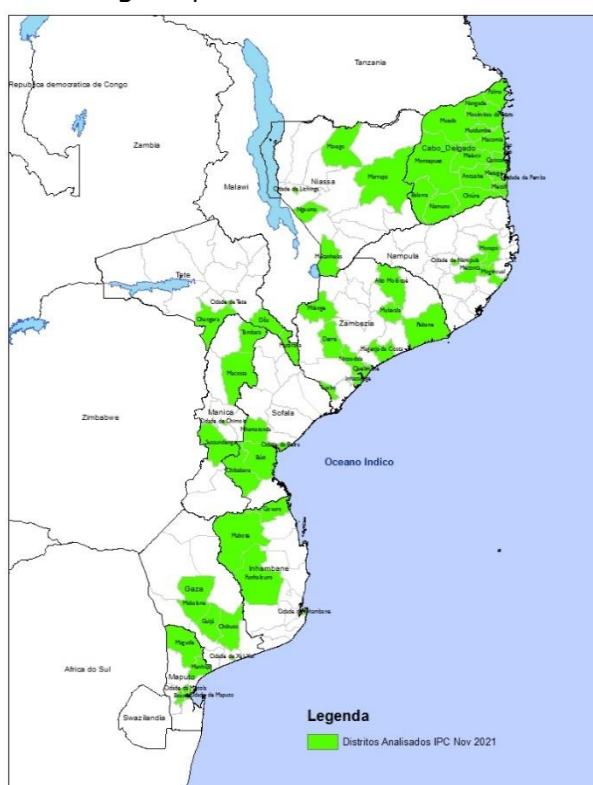
¹ Máriam Abbas é pesquisadora no Observatório do Meio Rural (OMR).

² SETSAN (2021). Relatório da Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Aguda Pós-Colheita. Maputo.

emergência, bem como as políticas e programas de segurança alimentar a médio e longo prazo. Para a IPC, define-se Insegurança Alimentar Aguda como qualquer manifestação de insegurança alimentar encontrada numa determinada área e num determinado momento, com um nível de gravidade que ameaça vidas ou os meios de subsistência, ou ambos, independentemente das causas, do contexto ou da duração. É bastante susceptível à mudança e pode ocorrer e manifestar-se no seio de uma população dentro de um curto período de tempo, como resultado de mudanças ou choques súbitos que afectam negativamente os factores determinantes da insegurança alimentar.

(SETSAN, 2021 pp. 4)

Mapa 1. Distritos abrangidos pela avaliação de SAN aguda pós-colheita, 2021



Fonte: SETSAN (2021).

A amostra cobriu 51 distritos rurais e urbanos (10 cidades capitais, 4 distritos urbanos da cidade de Maputo e 37 distritos rurais). A selecção dos distritos foi feita com base no método de amostragem sistemática. Foram seleccionadas aleatoriamente 6 Áreas de Enumeração (AE) por distrito urbano e rural, 18 agregados familiares (AFs) por área de enumeração urbana totalizando 108 AFs por distrito urbano e 16 AFs por área de enumeração rural, totalizando 96 AFs por distrito rural, cobrindo uma amostra de 5.052 AFs. Para a província de Cabo Delgado, foram adicionalmente analisados 13 distritos com base em dados secundários.

A recolha de informação primária decorreu entre Setembro e Outubro de 2021.

Apresentam-se abaixo alguns dados do relatório de forma resumida:

- A situação de insegurança alimentar aguda foi influenciada por vários factores/choques naturais, sociais e/ou económicos, incluindo: ocorrência de ciclones e ventos fortes, irregularidade das chuvas, aumento de preços de alimentos, terrorismo em Cabo Delgado³ e as restrições da COVID-19.
- A maioria dos AFs inquiridos nos distritos rurais (mais de 60%⁴) reportou ter sofrido choques nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito.
- Os resultados mostram uma melhoria significativa das reservas alimentares em 2021 em comparação a 2020, destacando-se as províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia com mais de 70% dos AFs com reservas alimentares na altura do inquérito⁵.
- Grande parte dos AFs nos distritos rurais visitados apresentou um consumo alimentar adequado, em termos de frequência e diversidade de alimentos, diminuindo do Norte para o Sul do país. Nos distritos rurais das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala, menos de 30% dos AFs apresentaram consumo pobre e/ou moderado; esta percentagem aumenta para quase 50% nos distritos analisados das províncias de Tete, Manica e Maputo, e atinge quase 70% para alguns distritos das províncias de Inhambane e Gaza.
- O sistema de abastecimento de água potável melhorou, com mais de 60% dos AFs reportando consumo de água de fontes seguras em todas as províncias, à excepção das províncias de Niassa e da Zambézia (com 55% e 57%, respectivamente).
- Quando comparado com os dados do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF 2019/2020), ambos relatórios mostram uma tendência de melhoria dos sistemas de abastecimento de água potável no país. No entanto, verificam-se diferenças significativas entre os resultados dos dois relatórios nas províncias de Cabo Delgado (com mais 43% dos AFs em comparação com os dados do IOF 2019/2020), Manica (mais 34%), Zambézia (mais 24%) e Nampula (mais 19%) e Gaza (registou menos 23% de AFs utilizando água de fontes seguras).

Os dados apresentados acima, mostram algumas contradições e/ou discrepâncias. Por exemplo, a província de Cabo Delgado apresenta maiores percentagens de AFs com reservas alimentares e com consumo alimentar adequado, e melhor acesso a fontes de água seguras. No entanto, a situação de conflito em Cabo Delgado tem causado milhares de deslocados, tendo causado perdas de terras, de produção e serviços básicos àquela

³ É de realçar que o terrorismo em Cabo Delgado afecta principalmente a segurança alimentar e nutricional daquela província e de outras vizinhas (como, por exemplo, Niassa (para onde o conflito se arrastou) e Nampula, que têm acolhido deslocados).

⁴ À excepção dos distritos de Mecanhelas (41%) em Niassa, Meconta (57%) e Mongicual (54%) em Nampula, Pebane (38%) na Zambézia, Changara (47%) em Tete e Magude (58%) em Maputo

⁵ Refere-se que em Cabo Delgado e Nampula cerca de 951 000 pessoas foram assistidas em Setembro de 2021, sendo que 97% foram assistidas pelo Programa Mundial para a Alimentação (PMA) garantindo alimentos para os meses de Setembro e Outubro de 2021.

população. Este aspecto pode encontrar justificação na metodologia diferenciada e com base em dados secundários dessa província, o que foi acima referido.

3. SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR AGUDA – ANÁLISE COM BASE NOS RESULTADOS DO RELATÓRIO

De acordo com a análise dos dados apresentados na secção acima, o relatório apurou, com base na metodologia do IPC (Classificação Integrada de Insegurança Alimentar em Fases), o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda por fases, indicando o nível de severidade de cada fase – ver Quadro 1.

Verifica-se que cerca de 13% dos AFs abrangidos pelo estudo encontram-se em situação de crise e/ou emergência, ou seja, insegurança alimentar aguda (Fase 3 e 4), 42,4% estão em situação de stress e 44,7% foram classificados com nenhum ou um nível de insegurança alimentar aguda mínimo.

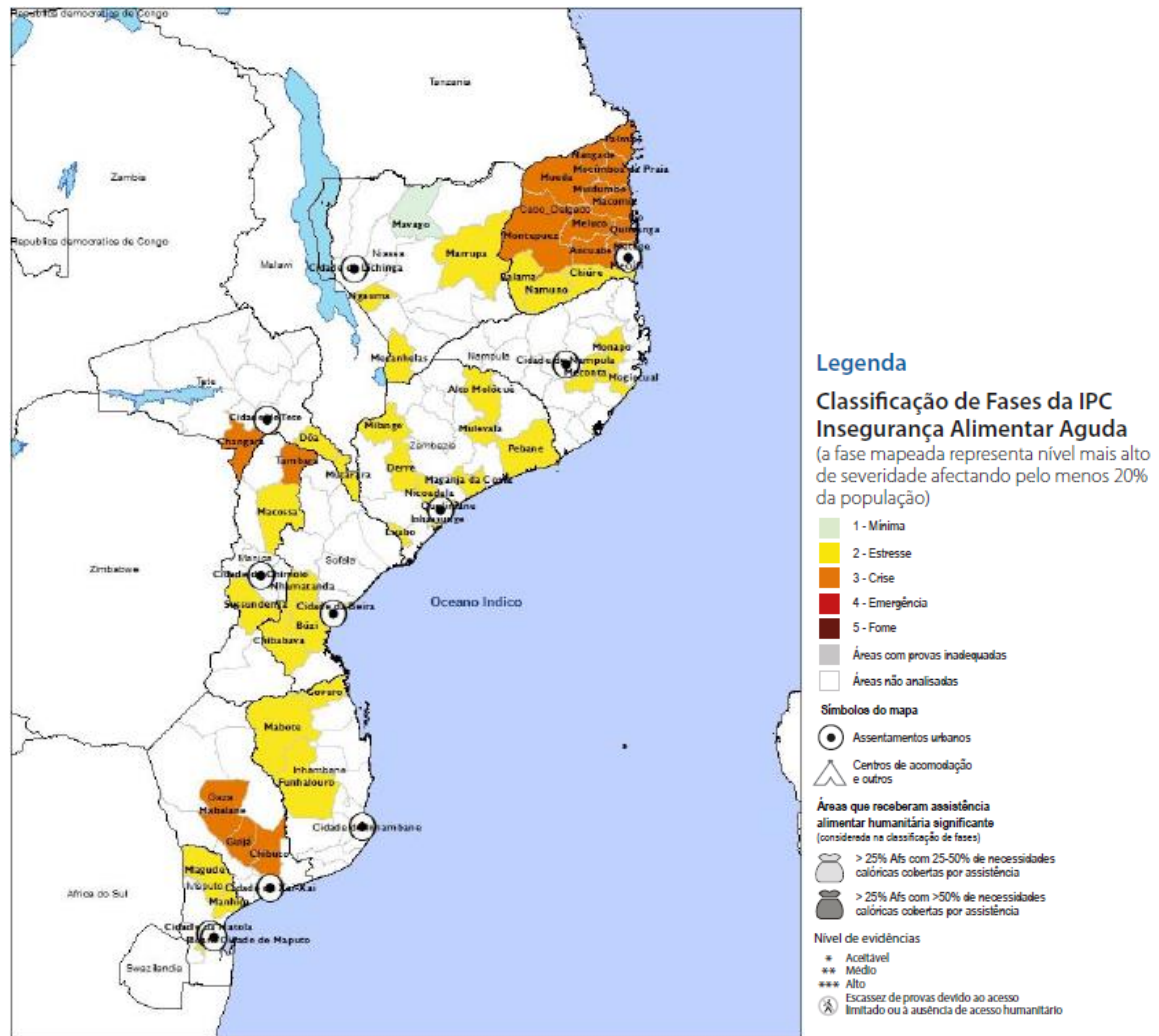
Quadro 1. Insegurança alimentar por fases do IPC

Fase		Número de pessoas	%	Descrição da fase
Fase 5	Catástrofe/ Fome	0	0%	As famílias sofrem de extrema falta de alimentos e/ou de outras necessidades básicas, mesmo depois da adopção plena de estratégias de adaptação. A fome, a morte, a miséria e os níveis de desnutrição aguda extremamente críticos são evidentes.
Fase 4	Emergência	39.000	0,3%	As famílias registam grandes défices no consumo alimentar (CA) que se reflectem em altos níveis de desnutrição e taxas de mortalidade excessivas ou conseguem aliviar os grandes défices alimentares, mas apenas mediante o emprego de estratégias de subsistência de emergência e a venda de activos.
Fase 3	Crise	1.818.000	12,6%	As famílias registam défices no CA que se reflectem na desnutrição aguda acima do habitual ou conseguem satisfazer de uma forma marginal as necessidades alimentares mínimas, mas apenas mediante o esgotamento dos bens de sustento essenciais ou através da adopção de estratégias de adaptação de crise.
Fase 2	Stress	6.111.000	42,4%	As famílias têm um CA minimamente adequado, mas são incapazes de custear algumas despesas não-alimentares essenciais sem se envolverem em estratégias de adaptação de stress.
Fase 1	Nenhuma/ Mínima	6.434.000	44,7%	As famílias são capazes de satisfazer as necessidades alimentares essenciais sem a adopção de estratégias atípicas e insustentáveis para terem acesso a alimentos e ao rendimento.

Fonte: SETSAN (2021).

Analisando o mapa com a classificação de fases da IPC Insegurança Alimentar Aguda por distritos (Mapa 2), verifica-se que grande parte dos distritos abrangidos se encontra em situação de stress e de crise com pelo menos 20% da população com insegurança alimentar aguda (fases 2 e 3). O mesmo mapa mostra que apenas o distrito de Mavago, na província de Niassa, registou um nível mínimo de insegurança alimentar aguda (com 85% da população do distrito na fase 1).

Mapa 2. Situação Actual da Insegurança Alimentar Aguda em Moçambique⁶



Fonte: SETSAN (2021).

⁶ Com base em dados recolhidos entre Setembro e Outubro de 2021.

4. REFLEXÕES EM RELAÇÃO A METODOLOGIA E RESULTADOS DO RELATÓRIO

Nesta secção destacam-se alguns pontos essenciais a ter em consideração ao analisar os dados e resultados do relatório:

Critérios para a selecção e distribuição dos distritos

No relatório refere-se que os distritos foram seleccionados por amostragem sistemática. É questionável até que ponto esse método de amostragem, para o propósito da avaliação proposta, pode ser fiável. Por exemplo, verifica-se que grande parte das zonas semiáridas no país e, por isso, mais propensas à ocorrência de secas⁷, não foram abrangidas pelo estudo, nomeadamente o interior da província de Gaza e o alto-Sul do Vale do Zambeze em Tete (Sul e Oeste) (ver Mapa 1).

Além disso, verifica-se um desequilíbrio no número de distritos seleccionados por província, incluindo a província de Cabo Delgado que foi analisada com base em dados secundários e, por isso, todos os distritos foram considerados. Na província da Zambézia foram seleccionados 10 distritos, em Niassa 5, enquanto no resto do país, incluindo Nampula⁸, foram seleccionados 4 distritos.

Em análises desta natureza, a escolha das áreas de estudos (os distritos) deve ser feita com base em critérios claros e padronizados, tendo em consideração a diversidade dos sistemas de produção e/ou as zonas agroecológicas do país, a densidade e volume populacional, os riscos climáticos, entre outros aspectos que podem influenciar a insegurança alimentar.

Tipo de fonte de dados

O tipo e fonte de dados utilizados numa determinada análise influencia os resultados a obter. Em estudos científicos e/ou de análise sugere-se que se use sempre a mesma fonte de informação, de modo a não introduzir perturbações no modelo de análise. O uso de dados primários em algumas províncias e dados secundários noutra, na mesma análise, pode conduzir a resultados não fiáveis.

Além disso, a comparação dos dados do relatório (SETSAN, 2021) com dados de inquéritos, como o IOF (Inquérito ao Orçamento Familiar) e o IAI (Inquérito Agrário Integrado), deve ser ponderada, considerando que tais relatórios utilizaram metodologias e universos diferentes. Tanto o IAI, como o IOF, têm maior abrangência em termos espaciais e de tamanho da amostra e, portanto, estatisticamente mais fiáveis. As grandes diferenças observadas entre os dados dos diferentes relatórios podem levantar dúvidas sobre a fiabilidade destes dados. Embora a amostra seja tida como um factor a ter influenciado essas diferenças, importa referir que, em casos em que a

⁷ As secas são consideradas uma das principais causas da insegurança alimentar em Moçambique e no mundo (Dixon et al., 2001).

⁸ É de notar que as províncias de Nampula e Zambézia são as mais populosas do país.

selecção da amostra segue critérios padronizados, fiáveis e claramente justificados, os resultados dificilmente apresentam diferenças significativas diferentes (como foi o caso neste relatório), a menos que existam razões e/ou condições que o justifiquem.

Período de recolha de informação

Outro aspecto importante a considerar é o período de recolha de informação. Os dados primários foram recolhidos no período pós-colheita, o que força à ponderação dos resultados.

Primeiro, sendo uma altura pós-colheita espera-se que os níveis de consumo alimentar sejam melhores em relação a outras alturas do ano. Segundo, as reservas alimentares dos agregados familiares são, certamente, temporárias de pós-colheita. Além disso, alguns agregados familiares em Cabo Delgado e Nampula receberam assistência alimentar humanitária, garantindo alimentos para os meses de Setembro e Outubro de 2021 (SETSAN, 2021), o que pode justificar ter-se considerado existirem reservas alimentares. No entanto, estes agregados familiares podem ser considerados em situação de insegurança alimentar aguda, uma vez que têm que recorrer a fontes temporárias e de donativos para suprir as suas necessidades alimentares e/ou básicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

De uma forma geral, o relatório apresentado pode constituir um instrumento importante para avaliar a situação da insegurança alimentar aguda no país num determinado momento. No entanto, o mesmo relatório não pode ser considerado um instrumento válido para a orientação na elaboração de políticas.

Ainda que o objectivo do relatório seja o de avaliar a situação num determinado momento, é importante que sejam definidos e aplicados critérios de selecção e distribuição da amostra padronizados, adequados ao objectivo do estudo, e que estejam em concordância com as características do país, tendo em consideração a heterogeneidade e diversidade dos sistemas de produção e/ou zonas agroecológicas, o volume e densidade populacional, os riscos ambientais e os diferentes tipos de instabilidade política e social. Nos moldes actuais, o relatório cria uma possível falsa melhoria da situação de segurança alimentar⁹ temporalmente estática e diferente, quando comparado com os resultados de outros relatórios mais consistentes.

As análises a partir do recente relatório de SAN aguda devem ser feitas com cautela, não-conclusivas e, considerando as observações apresentadas, não constitui um suporte consistente para a formulação de políticas.

⁹ Num momento em que várias organizações internacionais e nacionais apontam para o aumento da fome e da insegurança alimentar no país

Recomenda-se a elaboração de um estudo de base da situação de segurança alimentar e nutricional no país, com adopção de metodologias e critérios de amostragem sólidos e coerentes¹⁰, sobretudo no que respeita à cobertura espacial, momento de realização, tamanho da amostra, critérios de selecção dos distritos e dos agregados familiares a inquirir, e tratamento econométrico a adoptar.

Os estudos sobre segurança alimentar devem ser realizados em períodos que assegurem a monitoria da evolução da situação nutricional, com metodologias semelhantes que permitam comparações e a definição de políticas. O último foi realizado em 2013¹¹.

Para efeitos de economia de recursos, de tempo e esforço institucional, sugere-se que os inquéritos de âmbito nacional (IOFs, IAI, Segurança Alimentar, etc.) possam ser feitos em simultâneo com a única desvantagem da morosidade no acto de realização das questões aos agregados familiares.

¹⁰ A abordagem de sistemas de produção tem sido amplamente reconhecida por desempenhar um papel importante no apoio a estratégias e políticas para melhorar a segurança alimentar e nutricional, colocando os produtores de alimentos no centro da política.

¹¹ SETSAN, 2014. Relatório de Estudo de Base de Segurança Alimentar e Nutricional em 2013 em Moçambique. Maputo.